



RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Leidiane Souza de Oliveira¹

RESUMO

Nesse texto encontram-se apontamentos para o debate acerca das relações sociais de gênero no capitalismo contemporâneo. Trata-se de articular as determinações do patriarcado às do capitalismo, situando as desigualdades entre homens e mulheres enquanto produto social, histórico. Chamamos atenção para a desqualificação do ser social e a formação da identidade de homens e de mulheres, determinada por elementos objetivos e subjetivos, complexos que incidem sobre o processo de desigualdade entre eles. Não obstante, identificamos a relação entre universalidade, particularidade e singularidade, situando o nosso debate em uma perspectiva de totalidade social.

Palavras-Chave: Relações sociais de gênero; patriarcado; capitalismo; patriarcado.

ABSTRACT

In this there are notes for the debate about the social relations of gender in contemporary capitalism. It is the joint determination of patriarchy to capitalism, standing inequalities between men and woman as a social, historical. We call attention to the disqualification of social being and identity formation of men and womwn, determined by objective and subjective elements, which address the complex process of inequality between them. Nevertheless, we identified the relationship between universality, particularity and singularity, situating our discussion in a perspective of social totality.

Keywords: social relations of gender, patriarchy, capitalism and patriarchy.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. leidiane22@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre a categoria gênero e sobre as relações sociais entre os gêneros adquirem centralidade nas pesquisas acadêmicas em diferentes áreas de estudos atualmente. Esta, no entanto, é uma realidade nova que, impulsiona os processos investigativos e deve ser desvendada criticamente, com cuidados, levando-se em consideração o processo histórico que as coloca no auge das investigações.

Comumente, associamos gênero às relações entre homens e mulheres e não raro é essa conceituação que ganha espaço na definição e nas ações não apenas no campo da pesquisa, bem como nos espaços institucionais, no desenvolvimento de projetos, programas e políticas que são desenvolvidos. Podemos dizer que passa por aí, certamente devemos buscar a desmistificação dos papéis de homens e de mulheres e discutir o modo como se configura a desigualdade entre eles. Não obstante, revelar-se-á, para tanto, um elevado grau de complexificação do que vem a ser o gênero e das relações que enseja cotidianamente na vida das pessoas, as *relações sociais de gênero*.

Contudo, não é de nossa pretensão descartar o papel das relações de gênero na vida social contemporânea ou substituí-lo por outra dimensão das relações sociais totalitárias, mas evidenciá-las enquanto um eixo complexo que se articula a outros eixos, incidindo no cotidiano da vida social e sendo por ele influenciado.

Havemos de corroborar que as relações de gênero são permeadas por uma diversidade que envolve as relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres e homens e homens, de modo que “o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 18). Destarte, a singularidade do termo gênero, conforme nossa apreensão, não dá conta da dinamicidade que a totalidade dessas relações sugere, além de correremos o risco de uma obstacularização ao processo de transformação que se evidencia no transcórre da história.

2. Relações de Gênero como elemento histórico e social

Enquanto categoria conceituada, campo de pesquisas, o gênero possui história recente, fruto das críticas feministas. Ressaltamos, porém, as relações sociais



de gênero como produto da história humana, que, construídas com base na diferenciação de papéis, permeiam o desenvolvimento histórico humano.

Se de um lado, o sentido dessas relações ainda não é reconhecido no cotidiano dos sujeitos homens e mulheres, de outro, muitos projetos e ações de grupos, entidades e movimentos têm contribuído para tornar esta uma questão de ordem pública, de conhecimento de todos os indivíduos, tarefa difícil considerando-se a complexidade que caracteriza as relações sociais de gênero e sua constituição histórica, sobre a qual prescinde fazermos algumas considerações.

Conforme Barbieri (1993), a busca pela consolidação de um conceito de gênero passa por três perspectivas: a primeira é a que trabalha com as relações sociais de sexo e têm na divisão social do trabalho o núcleo motor das desigualdades, toma como exemplo as francesas; a segunda perspectiva é a que considera o gênero como baseado na hierarquia, no *status* e no prestígio social, representada pela psicanálise; e a pós-estruturalista, que relê o estruturalismo e o marxismo, ganhando espaço nas discussões sobre gênero, notadamente com as obras de Joan Scott e a própria Teresita Barbieri.

No debate atual, outras perspectivas se acrescentam a estas, temos análises centradas na articulação gênero, classe e raça (Saffioti, 1987); uma ênfase na sexualidade e no corpo, sobretudo nos debates e nas pesquisas acadêmicas, a tendência ao debate das políticas públicas como solução para as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, bem como críticas ao conceito de gênero como um elemento que não dá conta da totalidade das relações que o envolve.

Certamente, todos estes são elementos que possuem importância singular no tratamento às questões do gênero e da mulher, constatando-se recuos e acentuações de um ou outro deles em determinados momentos históricos. Para uma emancipação de fato, reconhecemos que todos devem ser problematizados e necessariamente superados.

Uma vez que estamos nos propondo discutir a configuração das relações de gênero no capitalismo, convém destacar três elementos centrais na nossa análise: o primeiro é o direcionamento teórico no sentido destas *relações sociais de gênero* como categoria que melhor explica a dinâmica histórica e social que a identidade de gênero adquire no seu processo de constituição, envolvendo aspectos gerais, particulares e singulares.

Em segundo lugar, essa definição de caráter histórico, não se define somente

na construção social dos sexos e dos papéis que são culturalmente atribuídos aos machos e fêmeas. A construção de uma identidade masculina ou feminina, passa pelas dimensões objetiva e subjetiva da constituição dos indivíduos, e dos aspectos não só biológicos, mas culturais, sociais, econômicos, se considerarmos a dimensão de totalidade que incide sobre a nossa formação humana. Sob essa perspectiva, chamamos atenção para a complexidade que, no capitalismo, atinge o processo de sociabilidade, uma vez que, impulsionado pelo trabalho como fundante da sociabilidade humana, os seres sociais, homens e mulheres, sem deixar de considerar a incidência de diferenças e de desigualdades nesse processo, se constituem afastando-se cada vez mais das relações naturais e orgânicas que também estão presentes neste processo.

Interessa-nos concordar que

Através de um processo histórico uma espécie da natureza constitui-se, sem perder sua base orgânico-natural, em espécie humana (processo de humanização). [...] Quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida (BRAZ e NETTO, 2006, p. 38).

Por último, as relações de gênero não estão descoladas do contexto mais amplo dessas relações sociais que determinam a constituição dos indivíduos sociais, se vinculam às distintas formas de constituição da sociedade, merecendo serem tratadas com cuidado de reconhecer as singularidades do que significa ser mulher e ser homem hoje, e, de outro modo, não perder de vista as determinações sócio-estruturais e culturais que definem o ser e o agir dos indivíduos sociais.

As dimensões *universal*, *particular* e *singular* atestam o caráter histórico, social e de totalidade das relações de gênero. *Universal*, uma vez que sofre determinação das transformações da sociedade, do modo como se constroem as relações entre os indivíduos e não se isola do seu processo de construção e reconstrução social. *Particular*, que sob esse conjunto de determinantes adquire forma e se torna um complexo de caráter social, econômico, cultural e permite se refazer e incidir com autonomia no conjunto mais amplo de relações. *Singular*, ganha centralidade enquanto categoria que se constrói e reconstrói, se permitindo às diversas teorizações, adentrando diferentes espaços de discussão com necessidade de ser apreendida.

Na sua amplitude, a dimensão de gênero se expressa como uma “relação sócio-histórica que remete às relações de poder de caráter transversal, atravessando

os liames sociais, as práticas, instituições e subjetividades” (CISNE, 2004, p.116). Seu caráter social confere a estas relações um necessário movimento de desnaturalização, um embate contra a cristalização de papéis auferidos às mulheres e aos homens, inquietando forças conservadoras insistentes na defesa de uma predestinação do feminino e do masculino.

3. As relações sociais de gênero na perspectiva da totalidade

Antes de adentrarmos especificamente no debate da constituição dos gêneros masculino e feminino, mas já adiantando e reafirmando estes enquanto produtos das relações sociais, sentimos a necessidade de dialogar sobre a constituição social do ser – homem ou mulher -, dada a necessidade de um aprofundamento de suas definições enquanto *ser social*.

Devemos tratar disso, dentre outras razões, por não poder se perder de vista aqui o fato central: as relações de gênero, a condição das mulheres e os serviços que lhes são oferecidos, são determinados pelo alto grau de complexidade da sociedade contemporânea. Mas esse modo atual de sociabilidade possui uma gênese, uma configuração atual e uma tendência que merece atenção, principalmente em se tratando de justificar nosso ponto de vista teórico.

Podemos começar pela constituição do ser social e sua complexidade² hoje. A definição de ser social baseada no processo histórico e na capacidade humana se difere do simples fato do ser existir, significa que é na relação de si com os outros e com a natureza que a característica *social* ganha sentido. Por exemplo, os avanços da mente humana na ciência, na tecnologia, na medicina, não são dados do imediato, são processos de aprendizado determinados pelo grau de aprofundamento e complexificação dessas relações de que falamos, de cunho eminentemente social.

Até chegarmos aí, passamos por um processo em que outros elementos como o biológico, o cultural e o econômico exercem um papel primordial. Exemplo disso é um maior avanço da ciência nos países mais desenvolvidos, onde os indivíduos (seres sociais) possuem, a depender da sua cultura, mais acesso às

² Complexidade aqui se entende pela complexa relação entre os inúmeros elementos que se relacionam entre si, na totalidade da existência dos seres. Não se trata necessariamente do grau de dificuldade dessas relações

condições materiais das quais dispõem para viver, mais condições de pesquisa sobre a realidade e de desenvolvimento das idéias e dos projetos.

Idéias e projetos aqui entendidas enquanto capacidade única e exclusivamente dos seres humanos, constituídos conforme Lukács (apud Lessa, 2007, p. 24-25) por três esferas ontológicas distintas do ser social:

[...] a inorgânica cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta.

Porém, a capacidade de idealizar e executar posteriormente seus projetos se caracteriza pela consciência humana, em um processo de *prévia ideação*, que apenas a capacidade humana permite, por meio do *trabalho*³, uma objetivação, ou seja, o ato de transformar a idéia prévia em um objeto concreto e material, por sua vez distinto do ser que o criou (Lessa, 2007).

A opção metodológica de caracterizar o processo de constituição do ser social se justifica pela necessidade de expor elementos que caracterizam homens e mulheres como sujeitos sociais no processo de humanização. Não menos importante é ressaltar que não sendo o trabalho o único elemento que compõe e define, existindo outras atividades que não ele na vida social, embora ele seja o fator determinante, pela condição de possibilitar a separação do homem da natureza.

Sabemos que homens e mulheres têm relações diferenciadas com o trabalho, o que certamente não nos leva a atribuir uma menor capacidade humana a eles nem a elas. Encontramos explicação para essa diferenciação (às vezes até desigualdade) na forma de apropriação das relações de trabalho entre homens e mulheres, que advêm da forma de se organizar de cada agrupamento humano. Tais relações se justificam pelas diferenciações de cultura, de divisão de tarefas, de organização social e de inserção de novos elementos na vida humana. A partir desses elementos se constitui o *patriarcado*, que será melhor discutido e analisado posteriormente.

Para uma melhor explicitação, homens e mulheres, na sua condição de

³ O trabalho é tomado aqui conforme a perspectiva marxiana, enquanto categoria que funda o ser social e o caracteriza, na relação do indivíduo com as transformações da natureza e da sociedade, ou seja, a produção e a reprodução social, "o fundamento ontológico da gênese do ser social". Para um maior aprofundamento, consultar Lessa (2007), Barroco (2005) e Netto e Braz (2006), dentre outras fontes.

humanos, possuem um conjunto de elementos centrais na sua vida, que se aperfeiçoam e se redefinem no desenvolvimento das relações entre si e com a produção e a reprodução social da vida. O que nos permite corroborar mais uma vez com Lukács (apud Lessa 2007), no que se refere à definição do ser social como um *complexo de complexos*. Reiterando que somos seres que tem como dimensões centrais a inorganicidade, a organicidade e a sociabilidade, que temos como elemento central na nossa constituição a capacidade de projetar, de objetivar o que subjetivamente elaboramos e que o trabalho é central nessa objetivação/materialização, pois nos diferencia da natureza enquanto seres que pensam e agem na busca pela satisfação de nossas necessidades.

Encontramos elementos que nos definem enquanto seres sociais e humanos, de modo geral (*universalidade*); outros elementos que estão presentes na organização da vida social, como, por exemplo a divisão de tarefas entre homens e mulheres (divisão sexual do trabalho), a criação de determinados valores que podem ter vigência em um grupo social e em outro não (que se define como *particularidade* de cada sujeito na coletividade) e o modo como cada indivíduo age e reage dentro da coletividade (*singularidade*).

4. Determinações capitalistas nas relações sociais e de gênero

Nessa forma de sociabilidade, analisar os serviços prestados e as instituições envolvidas requer não só uma concepção de igualdade entre os gêneros, como as tensões entre movimentos sociais – principalmente o movimento feminista – e o Estado, a criação e a efetivação de políticas públicas, entre outros elementos, sem a ilusão de isolar as relações de gênero como complexo social, pois se somos impedidos de exercer liberdade, executar o papel ativo de nossa consciência e nossa subjetividade, conforme a nossa capacidade projetiva, como pensar em igualdade para as mulheres sobre esse conjunto de determinantes estruturais?

Que fique clara a importância das lutas no campo da efetivação de direitos, sob dois aspectos: com destaque para a mediação que estas lutas significam para um novo patamar de relações entre as pessoas e no conjunto delas e a emergência de algumas situações a exemplo da preservação da vida das mulheres sob situações violentas; sem perder de vista a articulação das lutas das mulheres com outras lutas de sujeitos coletivos distintos por uma nova ordem societária.

Como nos esclarece Mézáros (2002)

[...] é preciso enfrentar a questão do *tipo de igualdade* viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam distribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem. Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam seus princípios e seu modo de distribuição (p.273)

Ressalte-se que as relações de gênero e o capitalismo se constituem independentemente entre si, mas no conjunto das relações contemporâneas, não se pode apreender as particularidades da formação do ser homem e do ser mulher fora do contexto de exploração ao qual os mesmos e as mesmas são submetidos e submetidas. Há uma pressão do capitalismo sobre as chamadas desigualdades *extra-econômicas* como é o caso das de gênero, “uma espécie de oportunismo sistemático, que permite ao capitalismo aproveitar-se dela”, conforme Wood (2003, p.231)⁴.

No bojo dessas determinações encontram-se debates relevantes sobre a *divisão social sexual do trabalho*, sobre o espaço que cabe aos homens e às mulheres nesse processo, a designação do público e do privado nas relações entre ambos. Sob o prisma de uma igualdade falsa, acabamos por reafirmar uma hierarquia classificatória e binariamente organizada (HEILBORN, 1990) que se afirma sem sequer dá visibilidade à mulher.

5. Considerações relevantes ao debate

As relações de gênero não se dão, tampouco devem ser analisadas sem uma relação direta com a constituição humana, posto que a liberdade feminina pressupõe antes de tudo a liberdade humana, por meio do “domínio consciente sobre o processo de autoconstrução genérica e sobre o conjunto do processo histórico [...]” (TONET, 2005, p.15).

Embora consideradas as particularidades do sujeito mulher e as

⁴ O termo extra-econômicas é alcunhado por Helen Wood na obra *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo editorial, 2003. Para ela, são explorações não diretamente relacionadas ao campo da produção econômica, que, no entanto, não podem ser desvinculadas da mesma.



determinações sociais, econômicas e políticas que recaem sobre ela e lhe apontam diferenciações no conjunto das relações sociais de gênero, não se pode ignorar a condição do sujeito feminino como *humano-genérico*, se depara também com a desigualdade em relação ao masculino, em uma articulação que pode denominar de *dominação-exploração* (Saffioti, 1992).

Apontamos o desafio de ampliar a luta contra as desigualdades nas relações de gênero a uma luta por uma sociedade que permita homens e mulheres, ressaltando suas singularidades, exercerem suas liberdades e as condições de sujeito que lhe são fundamentais. Sem isso, seria inválido tantas produções no campo político do feminismo, tanto debate em torno do gênero, das relações sociais e do patriarcado.

6. Referências

- BARBIERI, Teresita de. *Sobre a Categoria Gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Tradução Antônia Lewinsky. Recife, SOS Corpo, 1993.
- BRAZ, Marcelo; NETTO, José P. *Introdução à crítica da economia política*. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2006.
- CISNE, Mirla. *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?* Dissertação de Mestrado, UFPE, 2004.
- HEILBORN, Maria Luiza. "Usos e Abusos da Categoria de Gênero" In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Y Nosotras latinoamericanas? estudos sobre Gênero e raça*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992, p. 39-44.
- LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Editora Unijuí, 2007.
- MÉZÁROS, Istivan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: OLVEIRA, Albertina; BRUSCINI, Cristina (org). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, pp. 183-215, 1992.
- _____. *O poder do macho*. Coleção Polêmica. 4. Ed. São Paulo, Ed. Moderna, 1987.
- TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Editora Unijuí, 2005.
- WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.